

## Televisão: a emergência de uma aristocracia burocrática – mais controlo: o Estado contra a Nação

*Aquele que controla o passado, controla o futuro. Aquele que controla o presente, controla o passado.*

*George Orwell (1984)*

Essa espécie de *low cost* mental tem uma das suas origens na televisão. Nela, o sistema de varredura dos tubos catódicos substituiu o movimento sacádico ocular, que é fundamental para a percepção da forma. Assim, o ecrã da televisão se tornou uma espécie de prótese sensorial, passando a ser responsável por uma função que era antes exercida pelos olhos. Ficamos livres para

outros sentidos e, hipnotizados, mergulhamos através das sendas televisivas.

Mas, a informação sobre o ecrã é *fria*, exigindo uma permanente actuação da nossa imaginação para o preenchimento de *pontos vazios*. Ao contrário do que acontece com a literatura, aquilo que *preenchemos* ao olharmos o ecrã da televisão está na sua superfície. Não são vazios de ideias, mas sim vazios de imagem sobre uma tela plana, bidimensional.

Por isso, a televisão é um meio superficial por excelência. Comparativamente ao livro, por exemplo, pouco é memorizado na televisão. Assim, a televisão produziu uma geração superficial voltada para o entretenimento contínuo.

O que preenchemos com as nossas memórias no vazio do ecrã da televisivo é pura superfície.

No livro, a imaginação deve preencher o vazio das ideias, dos conteúdos. No ecrã da





até a morte num acampamento para viciados em Internet. Soube-se, então, que o governo Chinês criara “clínicas de recuperação para viciados na Internet”, onde até mesmo terapias de electrochoque eram utilizadas – proibidas somente em Julho de 2009.

A notícia, da *Associated Press*, dava conta que «o Congresso Nacional do Povo da China estima que 10% dos usuários de Internet com menos de dezoito anos sejam viciados. Psicólogos Chineses dizem que os sintomas da doença incluem a permanência *online* por mais de seis horas por dia e irritação, quando não se consegue conexão com a rede».

Curiosamente, a revolução dos computadores pessoais emergiu com a figura de um complexo burocrático virtual, revelando-se um instrumento de distribuição de informação num mundosuperficial, desqualificado, desdiferenciado, voltado para o entretenimento.





muitas vezes com o argumento de proteger até mesmo a integridade física do cidadão comum.

Em vinte de Abril de 2008, o *New York Times* revelava como, entre 2002 e aquele ano, o Pentágono tinha infiltrado agentes nos principais canais de televisão do país, com o declarado objectivo de influenciar e dirigir informação favorável à administração de George W. Bush, constituindo uma espécie de censura.

Assim, como definiu Noreena Hertz, autora do *bestseller The Silent Takeover*, «o Estado político se tornou no Estado corporação».

Desde a segurança para além da criminalidade urbana, tal como aconteceu com a chamada luta contra o terrorismo, até uma espécie de segurança na prevenção de erros de edificação em relação aos Planos Directores Urbanísticos, ou mesmo a segurança no trabalho – tudo passou a ser assegurado por um sem número de exigências burocráticas de carácter preventivo e policial.



verdadeiros centros comerciais e de lazer, tal como os aeroportos, estações ferroviárias, museus e assim por diante.

Gradualmente, o Estado se transformou numa entidade policial, supervisionando tudo e todos, fazendo até mesmo com que tenha deixado de ser chocante face à opinião pública uma aproximação de políticos Ocidentais a antigos sistemas ditatoriais como a China, onde até ao início do século XXI simplesmente não existia liberdade de pensamento ou de expressão.

Esse grande crescimento do Estado, o seu novo carácter fortemente policial e a desigualdade em termos fiscais – praticamente libertando de impostos as grandes empresas e as grandes fortunas – gerou um contínuo aumento tributário que, novamente, afectou mais especialmente a antiga *classe média*.

Paradoxalmente, o aumento do Estado e dos seus custos parece ter sido directamente

proporcional ao seu descrédito.

Se, antes, uma figura política era largamente admirada por praticamente todos os sectores da população, reconhecendo nela um centro de poder, no início do século XXI ela passou a contar com uma crescente aversão por parte daqueles mesmos sectores, principalmente entre a população mais jovem.

Em 1964, segundo o *American National Election Studies*, mais de 70% dos Americanos acreditava que o governo se dedicava exclusivamente aos interesses dos cidadãos. No ano 2000, 60% das pessoas nos Estados Unidos acreditava que o governo era manipulado por grandes grupos económicos.

Em Portugal, no ano de 2008, uma pesquisa de opinião pública realizada pela Universidade Católica Portuguesa mostrou que cerca de 70% da população jovem tinha pouco ou nenhum interesse na política, algo que não era muito diferente em

outros países.

Nas eleições gerais de 2001 na Grã Bretanha, votaram apenas 59% dos eleitores cadastrados – o menor percentual desde a Primeira Guerra Mundial.

Nas eleições do Parlamento Europeu em 1999, menos de 50% das pessoas exerceram o seu direito de voto – num universo de quase trezentos milhões de cidadãos.

Numa pesquisa de 1996 sobre a confiança pública nos Estados Unidos sobre biotecnologia apenas 7,8% das pessoas disse acreditar no governo e somente 1,6% nas informações provenientes do sector industrial.

De acordo com Noreena Hertz, «Samuel Cohen, investigador da Universidade do Nebraska sobre sacarina, cujas descobertas suportaram fortemente o governo dos Estados Unidos como justificação para as suas decisões retirando a



de grandes corporações no país.

No Brasil, José Alencar Gomes da Silva, vice presidente com Lula da Silva, também era proprietário de uma das mais importantes corporações do país, controlando um império no campo têxtil com a *Coteminas* como a sua mais importante companhia.

Na administração de George W. Bush, Dick Cheney ingressava na equipa vindo da companhia de serviços de petróleo *Halliburton*; Karl Rove, chefe da política estratégica, tinha sido chefe da política estratégica para a *Philip Morris* entre 1991 e 1996; Mitchel Daniels, líder do sector de Administração e Orçamento da Casa Branca, foi vice presidente do império da indústria química *Eli Lilly*; o Secretário do Tesouro, Paul O'Neill, era funcionário do gigante de alumínio *Alcoa*; e Condoleezza Rice, chanceler, era administradora e accionista da *Chevron* – antiga *Standard Oil of California*, ou *Esso Standard*.



Mas a desigualdade já não era a mesma que havia num mundo de ricos e pobres. Com a sociedade *low power* a maior parte dos salários já não era suficiente para suportar a compra da casa própria ou, em muitos casos, até mesmo para a aquisição do automóvel. Então, os sistemas financeiros passaram a providenciar crédito rápido e barato – assegurado pelo Estado – tornando a compra de um imóvel numa espécie de acto *low cost*, e tornando o comprador, não raras vezes, devedor para o resto da vida.

Assim, a população mergulhou num espectro de consumo contínuo e se tornou, de uma forma geral, eternamente em dívida para com as instituições de crédito, revelando uma nova e disfarçada espécie de escravatura.

Calcula-se que, no ano de 2003, haviam cerca de um milhão e meio de famílias Francesas super endividadas, representando cerca de 10% da população do país. Mais de quinhentas mil famílias eram objecto de acções legais nos tribunais, por

não pagamento de dívidas.

Nos Estados Unidos, entre 1993 e 2004, o débito dos consumidores – que inclui cartões de crédito, empréstimos, financiamentos de todo o tipo – foi multiplicado por dois mil e quinhentos, chegando a equivaler a cerca de 3% da economia mundial!

Nomundoantigo, aescravaturarepresentava, para os seus senhores, um hábil recurso de concentração energética, gerando sociedades do luxo e do prazer.

Na sociedade *low power*, todos se tornaram simultaneamente escravos e consumidores de luxo e prazer.

Mas, ainda pior, de acordo com Loretta Napoleoni, «quase qualquer produto que consumimos tem escondido uma história suja, do trabalho escravo à pirataria, da contrafacção à fraude, do roubo à lavagem de dinheiro». De





– numa aparente inversão – a palavra passaria a indicar a ideia de *algo fora de perigo*. Assim, passou a significar algo que não necessita de atenção ou cuidado, pois já está protegido, em *segurança*.

Gradualmente, com a aproximação do século XX, *segurança* passou a significar controlo permanente. Dessa forma, no início do século XXI, algo em segurança passou a indicar a ideia de algo permanentemente vigiado, controlado e, portanto, sempre potencialmente em perigo.

Para existir segurança, o perigo se tornou imprescindível.

Em nome da segurança, as pessoas passaram a estar proibidas de iniciar um negócio ou exercer qualquer actividade comercial sem estar preventiva e permanentemente controladas pelo Estado através de múltiplas declarações, documentos, impostos ou nada simpáticas visitas de fiscais.





Os *Planos Directores Urbanos* passaram não apenas a regular índices de ocupação, mas também recuos, alturas, aberturas, volumetria, e até as cores que deveriam caracterizar o edifício, condenando *a priori* qualquer construção a um padrão fortemente medíocre.

Todas as actividades humanas passaram a ser reguladas e controladas por sistemas burocráticos que eliminaram as antigas diferenças, estabelecendo um critério mediano para tudo.

Até mesmo os artistas passaram a estar proibidos de se deslocar livremente com seus trabalhos para fora da área controlada pelo Estado – pois representavam uma fonte de renda através de impostos de exportação e de imposto de renda!

A fabricação de produtos industriais ou artesanais passou a estar submetida a um imenso conjunto de regras e normas, cujo objectivo











Esse sistema de espionagem, formando uma rede de varredura estabelecida entre satélites, postos terrestres e navios, intercepta praticamente todas as comunicações via satélite, através de microondas, telefonia celular ou transmitidos em cabos de fibra óptica. Todo esse imenso conjunto de comunicação é processado no centro de super computadores da *National Security Agency*.

O processamento de informação pela NSA inclui até mesmo sistemas avançados de reconhecimento de voz e de reconhecimento de caracteres ópticos.

A Quarta Emenda da Constituição dos Estados Unidos, ratificada em 1791, diz que «o direito das pessoas à segurança pessoal, das suas casas, papéis, e efeitos, contra despropositadas buscas ou confiscos, não poderá ser violado...». A questão é saber o que é “despropositado” num universo onde os propósitos são múltiplos e, por vezes, contraditórios.

Uma das constantes críticas que eram feitas ao uso do *Echelon* – para além da sua flagrante ofensa aos antigos direitos de privacidade – é que, ao que tudo indica, ele não era utilizado apenas para a identificação de grupos terroristas, mas também como instrumento de espionagem industrial e comercial – beneficiando grandes conglomerados de empresas em prejuízo de pequenos e novos grupos.

Em 1985, sob a propaganda de ser um princípio de livres fronteiras, foi criado pelos países Europeus um sistema semelhante ao *Echelon*: *Schengen*, que leva o mesmo nome da cidade do Luxemburgo onde o projecto foi lançado.

Inicialmente, *Schengen* foi anunciado como um acordo de liberação de fronteiras, com o objectivo de reconhecimento mútuo de visas e de reforço das relações multilaterais.

Mas, em 1999 o *Tratado de Schengen* se

transformou num sistema de registo e vigilância de grandes conjuntos populacionais, incorporando a Noruega e a Islândia, estendendo-se, assim, do pólo Ártico ao Mediterrâneo.

Em princípio, diferentemente da forma operacional do *Echelon*, que intercepta continuamente praticamente todo o tipo de comunicação electrónica, *Schengen* arquiva, trata e classifica um grande conjunto de dados pessoais.

Assim, a tendência de alargamento de grandes grupos de empresas e de uma gigantesca massa de consumidores *low cost* – permanentemente vigiados – foi sendo mais e mais acentuada.

Em abril de 2009 a *BBC* anunciava que «as empresas de comunicação estão a ser solicitadas a gravar todos os contactos entre pessoas feitos na Internet, como parte de uma modernização das tácticas de vigilância da polícia Britânica. O novo sistema identifica todos os emails, chamadas telefónicas e uso de Internet, incluindo visitas a

*social networks*».

Por outro lado, a obsessão pelo controlo e vigilância alcançou a produção e disseminação de vírus digitais, gerando a expressão *Trojan do Governo* para indicar vírus espias criados por autoridades governamentais de forma a controlar a vida fiscal dos cidadãos.

O governo da China foi então considerado líder mundial na produção de tal tipo de vírus, de acordo com estudos realizados em 2008. Mas, também era geralmente aceite que outros países, também localizados na Europa, faziam o mesmo.

Segundo a empresa de segurança digital *Sophos*, de acordo com estudos de 2007, cerca de 55% dos sites Chineses eram verdadeiras fontes de vírus digitais.

Nils Magnus, escrevendo para a *Linux Magazine* em Janeiro de 2008 descrevia a terrível situação: «Com o pensamento nada gentil de que

os ‘fins justificam a invasão’, os governos têm flertado com a ideia de instalar *softwares* espias nos computadores pessoais dos cidadãos com o objectivo de monitorar os dados trafegados para suposto benefício da segurança nacional».

No início dos anos 2000, o governo Americano criou o vírus espia *Carnivore*—que tinha o anunciado objectivo de proteger os cidadãos através do seu próprio controlo! O programa foi intensamente criticado e oficialmente abandonado.

Mas, em 2007, a Alemanha anunciava a sua firme determinação em legalizar a investigação *online*, infectando com *Cavalos de Tróia* os computadores pessoais dos cidadãos. Para além da evidente agressão às liberdades e direitos civis, outra importante questão emerge: como um determinado governo pode saber quem é ou não seu cidadão no ciberespaço? A implementação de programas espias implicam o desrespeito pelas antigas convenções relativas à autonomia e auto determinação das Nações.

Para ultrapassar tal dificuldade no controlo dos seus cidadãos, alguns países começaram mesmo a considerar o estabelecimento de imposição legal para a implementação de componentes espias em todos os computadores pessoais.

Em 2008, a *Symantec*, empresa dedicada à produção de programas anti-vírus, anunciava no seu *Internet Security Threat Report* relativo ao segundo semestre de 2007, que já existia mais de um milhão de vírus diferentes infectando computadores em todo o mundo.

Essa imensa quantidade de vírus diferentes criou uma complexa rede de empresas orientadas à produção de programas anti-vírus. Então, nenhum produto era capaz de cobrir todos os tipos de vírus.

A situação chegou ao ponto da renomada revista científica *Science* ter dedicado parte da sua edição de Maio de 2009 a uma análise sobre o



aumento da violência física em termos planetários – aconteceu uma rápida intensificação dos mecanismos de controlo e vigilância tomando todas as pessoas como potenciais criminosos.

No início do século XXI, vários países do mundo – como Bélgica, Brasil, Alemanha, Portugal, Espanha ou Luxemburgo entre vários outros – é legalmente proibido sair de casa e caminhar pelas ruas sem portar um documento de identidade. O mais bizarro é que a grande maioria das pessoas considerava isso como algo perfeitamente normal.

Em Julho de 2008, o governo Português aprovou – com votos contrários de todos os partidos da oposição e durante o período de férias – uma lei obrigando a implantação, em todos os automóveis no país, de um *chip GPS* que permite o controlo em tempo real dos movimentos dos cidadãos.

De acordo com o jornal Português *Público*,

«o *chip*, ou dispositivo electrónico de matrículas, pretende facilitar o trabalho das forças de segurança, que terão acesso à informação sobre a inspecção periódica e o seguro automóvel. O *chip* vai permitir, igualmente, o reconhecimento de veículos acidentados e abandonados, além de poder vir a ser utilizado de forma integrada na cobrança de portagens e outras taxas rodoviárias. As despesas com a compra e instalação do *chip* ficam a cargo do condutor».

Com aquele *chip*, imposto por lei, as deslocações dos cidadãos Portugueses serão controladas em tempo real! Quando a bizarra e autoritária decisão governamental foi anunciada, não aconteceram protestos públicos nas ruas. As pessoas estavam entorpecidas.

E o mesmo aconteceu, também em Portugal, com a introdução do chamado *Cartão do Cidadão* – na verdade, um bilhete de identidade que reúne num *chip* incorporado uma grande quantidade de informações que podem ser controladas pelas





cidadãos em suspeitos e os mais distraídos em criminosos.

Apenas cinquenta anos mais tarde, sem contar com grande resistência, governos de todo o mundo – incluindo o Britânico ou o Americano – algumas vezes sob o disfarce de se tratar de emissão de outros documentos como a carta de condução, estabeleceu a definitiva obrigatoriedade de bilhetes de identidade, tornando todas as pessoas em suspeitos e potenciais criminosos.

Na primeira década do século XXI, era impressionante verificar a ausência de reacção de muitas pessoas diante da implantação coerciva de sistemas de permanente controlo e vigilância, tais como o bilhete de identidade. Para a maior parte das pessoas, trava-se de algo normal, sinal dos tempos e um benefício contra criminosos e terroristas. Elas não tinham consciência do terrível risco que colocavam a si mesmas e a todos: de que a democracia e a isonomia, o princípio segundo o qual todos são iguais face à lei, o princípio

segundo o qual todos são inocentes até prova em contrário, não são eternos. No momento em que um regime totalitário se instala, o controlo e vigilância institucionalizados podem significar o estabelecimento de uma fortaleza inexpugnável.

Marcus Tullius Cicero perguntava, nas suas *Filípicas* – célebres discursos onde questionava Marco António – se «mais não valeria morrer mil vezes do que não poder viver na própria cidade sem a escolta de gente armada?».

No início do século XXI, como justificativa de guerra, os Estados Unidos, que até então tinha sido o principal representante mundial dos antigos ideais da democracia, da isonomia e dos valores da classe média, criou o *Patriotic Act* eliminando da sua legislação o *habeas corpus*, elemento essencial na defesa do princípio segundo o qual todos são inocentes até prova em contrário.

Sob a determinação daquele Act, qualquer pessoa, nos Estados Unidos, passou a poder ser

presa, sem direito a contactar qualquer outra pessoa, sem direito à defesa e até mesmo sem conhecer os motivos que conduziram à sua detenção.

O *Patriotic Act* autorizou ao FBI a interceptar livremente comunicações entre pessoas de qualquer país sem a necessidade de uma autorização judicial. A medida autorizou ainda aos Estados Unidos a interceptar comunicações até mesmo em outros países, ainda quando através da Internet e proibiu que os provedores de serviços de Internet pudessem revelar a extensão das medidas de controlo e vigilância exercidos por esses serviços para as autoridades.

Mesmo as solicitações do Congresso Americano por mais informações relativas a essas medidas foram simplesmente negadas pelo governo.

Não apenas, sob os termos estabelecidos pelo *Patriotic Act* qualquer pessoa no mundo pode

estar sujeita a ser perseguida pelas autoridades Americanas quando computadores dentro ou fora dos Estados Unidos são atacados.

Essa condição abre um precedente aterrador colocando em causa o *Tratado de Westphalia*, criado em 1648, segundo o qual a soberania de um Estado é determinada pela sua integridade territorial, pela inviolabilidade das suas fronteiras e pela supremacia do Estado.

Considerando que até mesmo governos, como os da Alemanha ou da China, oficializaram o uso de *hackers* no sentido de estabelecer uma espionagem activa no ciberespaço, a rigor o *Patriotic Act* conduziria, inevitavelmente, a conflitos com aqueles países, entre muitos outros.

Em 2002, através das Nações Unidas, mas naturalmente com o pleno acordo de todos os governos, as medidas estabelecidas pelo *Patriotic Act* foram imediatamente alargadas a praticamente todo o mundo.

Thierry Meysan, autor do perturbador livro *11 septembre 2001, L'effroyable imposture*, publicado no início de 2002, escrevia: «No Reino Unido, a lei antiterrorista autoriza a detenção de suspeitos estrangeiros sem que haja nenhuma instrução, em violação à Convenção Europeia dos Direitos Humanos. No Canadá, a lei antiterrorista obriga os jornalistas a entregar as suas fontes de informação, sob requisição de um magistrado, sob pena de encarceramento imediato. Na Alemanha, aos serviços de Inteligência foram atribuídos poderes de polícia judicial, para se transformarem em polícia política. Em Itália, os serviços secretos estão autorizados a cometer todo o tipo de delito no território nacional, se for no interesse da Defesa Nacional, sem necessidade de prestar contas com a Justiça...».

Naquele mesmo ano, a administração Americana procurou dar início à chamada Operação *TIPS – Terrorism Information and Prevention System*, que visava transformar milhares de

funcionários públicos e milhões de pessoas em permanentes informadores do Estado. O próprio governo Americano anunciava o controverso programa dizendo que TIPS « será um programa nacional que dará aos milhões de motoristas de camiões, carteiros, condutores de combóio, capitães de navios, empregados em geral, entre outros Americanos uma via formal de delatar suspeitas de actividade terrorista».

Depois de uma grande quantidade de denúncias, iniciadas pelo jornal *Washington Post*, comparando os métodos da Operação TIPS com os da polícia secreta da Alemanha Oriental *Stasi*, o governo Americano se viu obrigado a cancelar o programa.

Em 2003, foi anunciado que a Rússia estava a recriar uma rede de espias entre pessoas vizinhas – recurso largamente utilizado pela KGB durante o período Soviético.

A nova figura de um Estado inchado, super

poderoso e com pouca ou nenhuma credibilidade, acabou por o revelar não apenas como uma espécie de barreira face às antigas aspirações de uma cada vez mais reduzida classe média, mas também fazendo emergir uma bizarra condição do *Estado contra a Nação*.

O mesmo passou a acontecer com as empresas. Na Europa foi estabelecida a *factura electrónica* e o *EDI Intercâmbio Electrónico de Dados*, na busca de mais arrecadação e controlo total das empresas. O Brasil também estabeleceu rapidamente a factura electrónica, permitindo ao governo a possibilidade de controlar em tempo real a administração das empresas!

No Brasil, em Dezembro de 2009, o governo anunciava que as empresas consideradas como *sistemáticas devedoras* de impostos passariam a contar com a presença diária de um auditor do governo dentro das suas instalações, como instrumento *preventivo* contra a sonegação fiscal. Uma semana antes, as autoridades fiscais



em todo o mundo!

Ameaças veladas, um pouco por todo o mundo, muitas vezes na forma de avisos por parte de autoridades fiscais, passaram a constituir um quadro de censura disfarçada.

Países como a China ou como o Irão, entretanto, não necessitavam de subterfúgios para acobertar actos de censura. Na Terça-Feira, dia dois de Junho de 2009, um dia antes dos vinte anos do massacre perpetrado pelas autoridades Chinesas em Tiananmen, o governo Chinês bloqueou o *Twitter*, o *Flickr*, provedores de *blogues* e até mesmo o *Hotmail*. A censura já tinha começado semanas antes, com o bloqueio do *Blogspot*, da *Wordpress* e até do *Youtube*. Mais de seis mil *sites* de universidades foram igualmente bloqueados, impedindo qualquer discussão sobre o que tinha acontecido vinte anos antes.

No final de 2005, atendendo a uma ordem de censura do governo Chinês, a *Microsoft* apagou









aquele número saltou para mais de quinhentas companhias, empregando mais de sessenta e um mil *lobistas*. Em 2005, haviam mais de dez mil *lobistas* trabalhando em Bruxelas.

Parelamente a esse dramático aumento de lobistas em todo o mundo – isto é, aumento de pessoas capazes de penetrar e manipular os segredos de Estado de forma a retirar benefícios pessoais ou corporativos dessa informação – tudo passou a se tornar secreto, nas seus mais diversos desígnios.

Tudo no Estado se tornando, de alguma forma, secreto, fez com que ele se transformasse numa entidade estranha ao indivíduo, que perdeu a sua antiga condição de cidadania.

Sempre genial e tantas vezes profético, H. G. Wells seria revelador na sua história de ficção científica, escrita em 1907 e publicada no ano seguinte, intitulada *The War in the Air*, sobre uma guerra mundial e ataques aéreos contra a cidade

de Nova York: «Historicamente, um dos fatos mais espantosos sobre essa guerra, e que elucidava a completa separação entre os métodos da guerra e da democracia, era o efectivo secretismo de Washington».

O secretismo de Estado, tomando todos os indivíduos como seus potenciais inimigos, é reforçado pelas estratégias de terrorismo fiscal e de inadimplência por parte das administrações públicas.

Muitas vezes, em muitos países, senão na sua maioria, aumentaram dramaticamente os casos de inadimplência do Estado face ao cidadão. Praticamente todos os Estados passaram a determinar, nos casos de julgamentos contra si, a obrigatoriedade de recurso até às últimas instâncias, condenando *a priori* os cidadãos mais pobres e, principalmente, os da classe média – objecto mais frequente dessas acções – pela falta de capacidade de resistir durante longos períodos de tempo. Em muitas ocasiões, em diversos países,

tal como em Portugal, o direito de defesa face ao Estado passou a implicar o pagamento antecipado da dívida contestada.

Ainda em Portugal, com também acontecia em outros países, o direito à reclamação em relação do Estado acabou por se tornar condicionado por uma autorização compulsória que conferia às autoridades o poder de realizar uma total devassa na vida fiscal do reclamante – mas a recíproca, naturalmente, jamais poderia ser verdadeira – reduzindo dramaticamente, em termos práticos, aquele direito.

Não apenas, em vários países do sul da Europa, os Estados demoravam muitos meses, em vários casos anos, para pagar as suas dívidas, levando companhias à bancarrota. Em 2008, por exemplo, os governos de Portugal e de Espanha foram acusados de não pagar a tempo dívidas a companhias de construção civil, gerando uma devastadora degeneração no sector.

Em vários países, a única solução para receber um pagamento do Estado passou a ser a corrupção.

O antigo princípio da reciprocidade entre Estado e Nação praticamente terminou. Se um cidadão comum não pagasse os impostos que lhe eram cobrados, seguramente iria para a prisão. Mas, nada aconteceria se o Estado não pagasse as suas dívidas, como passou a ser cada vez mais frequente a partir dos últimos anos do século XX. Mesmo se em alguns Estados o direito à defesa face às autoridades estivesse assegurado pelos tribunais, as perdas do cidadão em tempo e outros, nunca seriam pagos. Perdas que muitas vezes comprometiam o trabalho ao longo de toda uma vida. Da mesma forma, geralmente nada acontecia a políticos corruptos ou importantes funcionários públicos envolvidos em actos ilícitos.

Segundo os princípios que caracterizaram o universo da classe média, o dinheiro acumulado após o pagamento de impostos era uma questão

estritamente individual, de natureza rigorosamente privada. Mas, para uma sociedade *low power* nenhuma questão pode ser *rigorosamente privada* e a acumulação foi substituída pelo consumo e crédito contínuos. Por essa via, os Estados passaram a desrespeitar o sigilo bancário, simplesmente desconhecendo a sua validade jurídica, tornando livre o acesso às informações bancárias de qualquer pessoa, transformando a questão em mero acto burocrático.

Os Estados Unidos e a França são dois países exemplares nesse fenómeno, facto que os colocou frontalmente contra a Suíça, um dos únicos sobreviventes mundiais no respeito ao sigilo, à privacidade e aos direitos individuais. Pode-se argumentar que o sigilo beneficia criminosos – mas um dos fundamentos do mundo Ocidental é o princípio segundo o qual todos são inocentes até prova em contrário, que nasceu da máxima Romana *ei incumbit probatio qui dicit, non qui negat, o ónus da prova cabe a quem afirma, não a quem nega*.

Mesmo na Suíça, quando evidências de crime surgem, o sigilo bancário é automaticamente suspenso através de autorização judicial.

Com o fim do sigilo bancário sem autorização judicial, seguindo apenas critérios burocráticos e políticos, em diversos países, delações entre cidadãos – tal como era comum na Idade Média – foram sendo gradualmente incentivadas como meio de amplificação do controlo pelos Estados.

Nos primeiros anos do século XXI, a Suíça passou a sofrer todo o tipo de ataques, muitos com o único objectivo de descredibilizar aquela que ainda era, seguramente, a única democracia do mundo, numa campanha feroz visando terminar com o seu sistema bancário e estabelecer o padrão da burocracia aristocrática internacional.

Mas, esse crescente conflito de Estados contra Nações também apresentava as suas flagrantes contradições. Se, de facto, o Estado



Nos trinta anos que se seguiram, houve um movimento generalizado de privatização das auto-estradas, canais de televisão, unidades de produção de energia e redes de telefonia. Mas, esse parece ter sido um acontecimento superficial, que deu aos Estados, cada vez maiores, a possibilidade de uma rápida mas extremamente frágil e provisória entrada de capital.

Se por um lado, as grandes empresas privadas continuavam a ter integradas nos seus quadros funcionários ou ex-funcionários dos respectivos Estados, políticos de toda a natureza – evidenciando um novo tipo de promiscuidade, ainda mais profundo e livre dos antigos pudores – por outro lado, a contínua ampliação da burocracia exigiria um crescente aumento de receitas, através dos impostos.

Mas, o princípio da *democracia* exige que os centros de poder económico sejam independentes da autoridade política, como defende Robert Reich.

Para ele, gradualmente, o mundo mergulhou numa era do que chamou de *supercapitalismo* a partir dos anos 1970, com uma dramática degeneração dos antigos valores da democracia.

Três elementos essenciais designavam a compreensão clássica dos sistemas económicos do século XIX: a soberania espontânea do consumidor, a soberania suprema do eleitor, e a submissão das empresas às leis do mercado.

Com a sociedade *low cost*, o consumidor individual simplesmente deixa de ter importância. O que passa a valer são os grandes números, os dados estatísticos. Por outro lado, a oferta passou a possuir uma tal diversidade que o consumidor se adaptou rapidamente aos movimentos das modas, transitando de sector a sector, entre diferentes fornecedores. A soberania do consumidor morreu com o fim do direito à reclamação, ao protesto, que simplesmente deixa de fazer qualquer sentido.

Mesmo aquilo a que Galbraith chamou de



do século XXI, a Europa, os Estados Unidos, a Austrália, o Canadá e o Japão entre outros países não forneciam a autorização necessária até mesmo para uma visita turística quando se tratava de pessoas pobres. O direito de migração livre foi virtualmente eliminado, e com ele também um dos pilares dos direitos civis: o direito de ir e vir.

Em 1999, o governo Holandês adoptou um decreto lei que se chamou *Lei sobre os Sem Documentos*, ou *Wet Ongedocumenteerden*, que tornava possível a imediata detenção e deportação de qualquer aspirante a asilo político que não possuísse um passaporte. Uma pessoa que está em fuga do seu país raramente tem acesso à documentação fornecida por aquele país – o que equivale, em termos objectivos, a uma eliminação até mesmo ao direito de asilo político.

Na prática, leis e infundáveis trâmites burocráticos vetavam, na maior parte dos países no início do século XXI, o direito à migração a centenas de milhões de pessoas, contrariando





Albert Otto Max, Otto Feige e Anton Räderscheidt entre muitos outros. Terá sido escritor, actor, fotógrafo, agente literário, explorador e agricultor entre outras profissões. Especulações sugeriram que ele terá sido, na verdade, Jack London, um milionário Americano, um antigo escravo negro, um leproso, o presidente do México Adolfo López Mateos, a sua irmã, o presidente do México Elias Calles, director de uma editora de livros Alemã e Arthur Breisky entre outros.

Num dos seus textos, Marut dizia: «agora eu sei que a minha pátria está classificada em dossiês, eu a vi sob as espécies de funcionários hábeis em apagar em mim os últimos traços de patriotismo. Onde, então, está a minha pátria? A minha pátria é sempre onde estou, onde ninguém me perturba, onde ninguém me pergunta quem sou eu, de onde venho ou o que eu faço».

Um dos seus livros mais famosos, *O Tesouro de Sierra Madre*, foi filmado por John Houston em 1948.

B. Traven ou Ret Marut não poderiam acontecer no princípio do século XXI, onde tudo passou a ser rigidamente controlado por uma micro burocracia tentacular.

Num dos seus manifestos, datado de 1919, Ret Marut escrevia: «Não posso pertencer a qualquer partido político, porque eu vejo nisso uma limitação à minha liberdade pessoal, porque me conformar a um programa de partido me impede a possibilidade de evoluir para aquilo que considero o mais elevado e nobre objectivo na Terra: ter o direito a ser um ser humano!».

A Sociedade Low Power praticamente elimina, na realidade, os partidos políticos, transformando-os em acéfalos departamentos burocráticos de revezamento. Por outro lado, estabelece um elemento comum a todos, como um imenso partido único: o consumo contínuo.

O capitalismo gera grandes médias – e isso



um incontável número de novos elementos que passaram a constituir uma nova sociedade.

Até então, tudo o que caracterizava as aspirações de praticamente todas as sociedades no mundo, em todos os tempos, foi forjado pela necessidade, pela escassez de recursos. Como argumentava Galbraith, é a necessidade que faz com que tenhamos ideias claras.

Nos últimos anos do século XX a expansão da riqueza mundial foi um fenómeno avassalador. E, ainda que essa formidável expansão estabelecesse pequenos núcleos de extrema concentração, aumentando exponencialmente a assimetria social, houve uma distribuição de riqueza em baixa intensidade e em escala planetária através de todo o tipo de artefactos – caracterizando a sociedade *low power*.

O *híperconsumo* num planeta *híperurbano* eliminou a clareza de aspirações que antes designava a antiga classe média.

Em termos políticos, a nova sociedade do prazer no consumo, do não protesto, da não reclamação, desenhada pelo domínio das grandes empresas sobre os Estados, e principalmente sobre a classe política, salvo raras excepções, pouco passou a importar quem era eleito.

Os chamados representantes do povo passaram a ser espécies de interfaces entre flutuações do mercado e zonas de grandes interesses económicos, praticamente nada significando ao cidadão comum, estranhos à realidade das pessoas.

Tudo passou a ser designado por massas de dados estatísticos com baixo impacte nas vidas pessoais.

Assim, o desenho das políticas nacionais passou a ser ditado por tendências de mercado com o objectivo de manter o desemprego e a inflação em níveis aceitáveis.





Vários grupos de ecologistas passaram a defender a transformação de uma sociedade *low power* que, embora num carácter distributivo, implica um crescente consumo energético, numa sociedade *low energy*, ainda mais controlada, mais regulada, desenhada por instrumentos de punição que obrigassem as pessoas a regredir nos índices de consumo de energia.

Naturalmente, o grande e crescente consumo energético produzido pela sociedade *low power* não aconteceu em termos absolutos de concentração, isto é, em termos de grandes *voltagens*.

As primeiras baterias modernas foram inventadas por Alexandre Volta no ano de 1800. Boa parte do crescimento de uso energético do início do século XXI estava no uso de baterias de baixa tensão eléctrica. Esse uso apontava para um aumento anual de mais de 6% em 2006.

Nesse contexto de crescente aumento de



*Skype*, o *Messenger* ou simplesmente *MSN* entre outros, fizeram com que muitos grupos de jovens passassem várias horas, todos os dias, fechados nos seus quartos mas conectados com outros jovens, como se estivessem em grupo, formando um forte comportamento gregário à distância, virtual.

Ainda, a gigantesca avalanche de *compact discs*, mais tarde quase extintos pela música comprimida em *MP3*, filmes gravados em DVDs, o fabuloso universo da Internet com o *YouTube*, o *Hi5*, o *MySpace*, o *FaceBook*, o *Second Life*, *EverQuest*, *flickr*, *43 Things*, *Technorati*, *del.icio.us*, os *blogs* e o *MSN*, para além de incontáveis *sites* com música, fotografia, filmes, textos, livros e jogos, absorveu uma grande quantidade de tempo que antes era dedicado à família e aos amigos num contacto físico e directo.

Na passagem do terceiro milénio surgiram os *MMORPG – jogos de função online para multijogadores de massa*: jogos dinâmicos, envolvendo pessoas em todo o mundo, que









primeiros anos do século XXI ainda era classificado como atrasado, foi palco de vários graves conflitos em escolas públicas no ano de 2008, alguns implicando até mesmo agressão física entre alunos e professores, por aqueles se recusarem a desligar os aparelhos durante as aulas.

Naturalmente, não se trata aqui de estabelecer qualquer julgamento de valor. Se por um lado a gradual desintegração da família parece ser um inquestionável facto estatístico, por outro, as horas mergulhadas no universo virtual parecem revelar duas grandes vias – a do entretenimento contínuo que preenche grande parte daquele espectro, e das referências culturais de alto repertório. Uma e outra reforçam espirais positivas nos seus respectivos espectros.

No ano de 2001, em França, cada pessoa assistiu, em média, cerca de duas horas de filmes de cinema todas as semanas e quase uma hora por dia, em média, de filmes na televisão.

A pessoa que mergulha no mundo virtual várias horas por dia – seja em puro entretenimento, como acontece na maioria das vezes, seja em jogos de lógica ou elementos de alto repertório – estruturam-se de forma totalmente diferente daquelas que passavam o dia a ler livros ou a brincar com amigos, como era comum acontecer até ao final do século XX.

Na sociedade *low power*, os indivíduos estão, simultaneamente, mais isolados e mais gregários. Nas casas, boa parte das crianças nas grandes cidades passou a ficar várias horas, todos os dias, fechada nos quartos em contacto virtual com outras crianças, não raramente localizadas em diversas partes do mundo.

O psiquiatra Cort Pedersen, da Universidade da Carolina do Norte em Chapel Hill, sugeria no seu *paper Biological Aspects of Social Bonding and the Roots of Human Violence*, de 2004, que muito da violência humana poderia ser compreendido por factores bioquímicos cerebrais, que seriam



2001 eram filhos de mães solteiras.

Na Grã Bretanha, em 2005, haviam cerca de dois milhões de famílias monoparentais, com mais de três milhões de crianças, representando cerca de 25% das jovens famílias Inglesas.

Em 2003, na Suécia, um estudo demonstrou que as pessoas que tinham crescido no seio de uma família monoparental tinham três vezes mais tendências ao suicídio que as pessoas nascidas e criadas em famílias que contavam com a presença do pai e da mãe.

Nos Estados Unidos, em 2007, aproximadamente 26% das pessoas com menos de vinte e um anos de idade cresceram em famílias monoparentais. Cerca de 84% dos responsáveis por essas famílias eram mulheres.

Esse fenómeno indica uma possível transição para uma sociedade de carácter cada vez mais acentuadamente matriarcal – as



*Mundo da Perplexidade*, de 2006, ao contrário do erótico, a pornografia e o obsceno nascem com a literatura, como condição de fragmentação e especialização – figura destacada do fundo. Mas, no universo virtual isso não é mais possível. A palavra *pornografia* significa literalmente *escrita acerca da prostituição* e surgiu como termo culto apenas no século XVIII. A palavra *obsceno*, por sua vez, surgiria cerca de duzentos anos antes, significando etimologicamente *mau presságio* e indicando, na sua origem, uma ofensa aos costumes que se tornavam, apenas então, padrão.

Com o mundo virtual, numa sociedade cuja lógica primeira passou a ser a da distribuição, a pornografia e o obsceno gradualmente deixaram de ter o lugar de destaque e de tabu que antes possuíam.

Na Internet, de 2002 a 2007, a quantidade de sites pornográficos cresceu numa ordem de 1.800% em todo o mundo. Em 2007, dos sessenta e oito milhões de pedidos feitos em *sites de busca*,



longas metragens convencionais.

Na Tailândia, em 2002, o jornal *The Nation* revelou que cerca de 71% dos jovens entre os doze e os vinte e cinco anos visitavam frequentemente sites pornográficos na Internet.

O que passou a existir foram os ambientes comuns cada vez mais eróticos – dos anúncios publicitários nas ruas, aos filmes ou às mensagens visuais em telefones móveis – incorporando gradualmente aquilo que antes era obsceno e pornográfico.

Mesmo os filmes pornográficos, que antes eram dificilmente comercializados num mercado negro exclusivo, proscrito e de alto custo, passaram a ser vendidos facilmente a baixo preço, um pouco por todo o lado, absorvidos definitivamente no mercado livre.

Totalmente integrado no espírito do *low cost* e da *low power*, o sexo passou a pertencer aos mercados e bolsas de valores de todo o

mundo, com milhares de produtos de todo o tipo alicerçados directa ou indirectamente em imagens e ideias que antes seriam proibidas.

Por outro lado, uma sociedade *low power* – imersa na imensa quantidade de produtos a baixo preço num contexto de consumo contínuo – integra aquilo que na antiga sociedade da classe média eram consideradas as minorias sociais, tantas vezes repudiadas e reprimidas. Agora, são todos consumidores.

Rex Wockner, activista homossexual em São Francisco, dizia, numa reportagem realizada pela revista *Wired* numa edição de 1998, que «nos velhos tempos, o activista A tinha de chamar o repórter B de um jornal C e esperar que o editor estivesse interessado. Aquela estratégia tomava habitualmente duas semanas para obter algum resultado e alcançava apenas os leitores dos jornais dedicados aos homossexuais. A rede mudou tudo isso. Agora, bastam dez minutos para alcançar milhões».

Mas, como se estivéssemos a assistir um processo de dissipação, típico dos fluídos e da viscosidade, grupos de fundamentalistas religiosos e guetos de todas as espécies parecem ter se tornado mais e mais intensificados.

Os guetos passaram a estar presentes mesmo em cidades como Lausanne, na Suíça, que praticamente desconheciam esse fenómeno. Em Lisboa, há pontos da cidade onde “pólicia não entra” – algo que era comum a grandes metrópoles como São Paulo, Rio de Janeiro, Joanesburgo ou Moscovo, mas que passou a ser ampliado para praticamente todo o lugar.

Manuel Aalbers, urbanista e sociólogo da Columbia University, começa o seu texto *The neglected evidence of housing market discrimination in the Netherlands*, de 2002, dizendo que nos «últimos sete anos a Holanda tem tido um grande número de relatórios sobre segregação étnica e residencial». Entre 1971 e 1997, o número

